

ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2026  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Carlos Humberto - Jair Miotto - Julio Garcia - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marquito - Maurício Eskudlark - Napoleão Bernardes - Paulinha - Sergio Motta.

PRESIDÊNCIA - Deputado Jair Miotto

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Expressou agradecimento aos pares pela aprovação do projeto de lei de sua autoria, intitulado "Minha Família, Minhas Regras", e ao Governador Jorginho Mello pela sanção da Lei nº 19.071/2024. A legislação faculta aos pais a prerrogativa de autorizar, ou não, a participação de seus filhos em eventos escolares que abordem conteúdos ideológicos ou moralmente incompatíveis com os valores familiares.

Destacou que a normativa representa uma inovação no ordenamento jurídico pátrio, devolvendo aos genitores a soberania sobre a criação e educação de seus filhos. Na ocasião, informou à sociedade catarinense sobre as ferramentas disponíveis para o exercício desse direito.

Discorreu sobre a aplicabilidade da lei, reforçando que o direito de intervenção dos pais independe da natureza da instituição de ensino, seja ela pública ou privada. Citou como exemplo de

vigência da norma, um caso ocorrido no município de Porto Belo, onde uma escola de confissão católica teria apresentado conteúdos divergentes das diretrizes esperadas pela comunidade escolar.

Apresentou áudio de denúncia referente ao material didático oferecido por colégio particular que conteria tópicos sobre ideologia de gênero e referências ao "Kama Sutra". Orientou os pais para que, ao identificarem tais conteúdos, busquem primeiramente o diálogo com a instituição e, na ausência de solução, façam valer os direitos assegurados pela legislação vigente.

Explicou as distinções entre colégios públicos e privados, frisando que unidades de ensino particular de ordem confessional cristã devem observar estritamente o conteúdo contratado pelos pais e alunos, respeitando os princípios que norteiam a instituição.

Lembrou que a lei já se encontra em vigor e que as unidades escolares são obrigadas a informar antecipadamente os pais sobre conteúdos relativos à ideologia de gênero na grade curricular. Ressaltou, por fim, que o descumprimento das obrigações previstas poderá sujeitar a unidade escolar à aplicação de multas. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Manifestou-se acerca do grupo de trabalho "Integra" e informou que este se encontra em seu terceiro ano e que, nesta semana, conclui uma série de seminários realizados em Santa Catarina, os quais prepararam professores para lidar com episódios de violência nas escolas. Parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido e destacou a elaboração de planos de contingência, especialmente após a edição de legislação decorrente do episódio ocorrido em Blumenau.

Informou que será apresentado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto denominado "Escola de Pais", com o objetivo de acolher pais e mães diante do atual contexto, ressaltando o aumento de casos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico entre adolescentes, patologias

que vêm sendo diagnosticadas em crianças e jovens em razão do uso excessivo de telas.

Solicitou aos deputados atenção ao Projeto de Lei "Escola do Mar" e destacou que Santa Catarina possui 33 municípios litorâneos, dentre os quais Bombinhas, onde, à época em que exerceu o cargo de prefeita, foi implantado o referido programa. Ressaltou que a iniciativa visa orientar crianças, especialmente filhos de pescadores, a dialogar com a cultura local, sob o viés econômico e de preservação das tradições das comunidades pesqueiras, evitando sua perda nas futuras gerações.

Registrou, ainda, preocupação com a situação dos pescadores catarinenses e mencionou perseguições e aplicações de multas consideradas injustas e a imposição de equipamentos de controle sem justificativa adequada, rogando aos colegas a aprovação célere do projeto.

Solicitou, ainda, que os parlamentares atentem para o projeto das 39 semanas, que retorna à Comissão de Constituição e Justiça após a apresentação de emendas. Relatou casos de mães que enfrentam dificuldades no atendimento hospitalar, inclusive quando acompanhadas, citando episódio recente ocorrido em Biguaçu/SC, o qual classificou como negligência. Destacou que, no âmbito do SUS em Santa Catarina, gestantes que não atingem 41 semanas completas são orientadas a retornar para suas residências para aguardar o parto.

Por fim, enfatizou a necessidade de aprovação do referido projeto de lei e manifestou preocupação com casos em que mulheres retornam para casa com bebês em óbito, apesar de apresentarem gestação aparentemente saudável.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Corroborou com a manifestação da Deputada acerca do projeto das 39 semanas e relatou que sua esposa, à época do nascimento de seu filho, não apresentou dilatação, sendo que, após insistência, foi possível a realização do parto cesáreo.  
[Taquiografia: Milyane]

\*\*\*\*\*

## **Partidos Políticos**

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa à Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0021/2025.

Comunica, ainda, que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0273/2025.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0282/2026, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 0283/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; e 0284/2026, de autoria do Deputado Altair Silva.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, solene, para o dia 24 de abril, às 19h, em Comemoração aos 100 anos do Grupo Bom Jesus IELUSC.

Está encerrada a sessão.

*(Ata sem revisão dos oradores.)*

*[Revisão: Taquígrafa Sílvia]*